

ANFIP Podcast debate renúncia fiscal e Seguridade Social



O canal de comunicação ANFIP Podcast tem novidades! Disponível no Spotify semanalmente, agora também terá a versão em vídeo, com acesso pela TV ANFIP, no YouTube, e participação de convidados. A primeira edição da nova modalidade será divulgada no dia 27 de junho, às 15 horas.

Neste episódio, o tema a ser debatido é **Renúncia fiscal e equilíbrio da Seguridade Social**, com participação dos debatedores Wanderson Dias Ferreira, vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, e Vanderley José Maçaneiro,

diretor-presidente da Fundação ANFIP e um dos responsáveis pela produção do livro *Análise da Seguridade Social*.

Você está convidado a assistir esta importante discussão, que vai apresentar os principais pontos da *Análise da Seguridade Social*, com dados sobre as receitas e despesas do orçamento público, além de abordar o cenário nacional em relação aos aspectos econômicos e sociais do país.

Se você ainda não segue o canal da **TV ANFIP**, clique [aqui](#) e ative o sino para receber as notificações de novos conteúdos e manter-se informado.

Deputado Benevides propõe harmonização dos prazos dos projetos de regulamentação tributária

Em resposta à declaração do presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, sobre a necessidade de harmonizar os prazos constantes na regulamentação da reforma tributária, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE) apresentou, dia 20 de junho, duas propostas de emendas aos Projetos de Lei Complementar (PLPs) 68/24 e 108/24.

Durante audiência pública sobre a administração tributária, promovida pelo grupo de trabalho do Comitê Gestor e Distribuição da Receita do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) da Câmara dos Deputados, dia 18 de junho, Miguel Nôvo ressaltou a importância de alinhar os prazos estipulados pelos PLPs com os do Processo Administrativo Fiscal (PAF), conforme o Decreto 70.235/1972, atualmente em vigor. Além disso, destacou a necessidade de o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) tornar-se a principal forma de intimação dos contribuintes.

Seguindo esta perspectiva, Mauro Benevides propôs emendas que visam garantir a coerência temporal entre as novas regulamentações e o já estabelecido no PAF, bem como formalizar o DTE como o meio predominante para comunicações oficiais entre a administração tributária e os contribuintes.

A ANFIP considera a iniciativa do parlamentar um importante passo para aprimorar os processos fiscais e para trazer mudanças significativas na forma como a administração tributária interage com os contribuintes.

Clique abaixo para ler as emendas na íntegra:

- [Emenda ao PLP 68/2024](#)

- [Emenda ao PLP 108/2024](#)



Audiência – Na Câmara, Miguel Nôvo apresentou vários exemplos para demonstrar a importância de, aproveitando o momento de debates no Legislativo, mudar a atual legislação. ▶

ANFIP e Mosap discutem estratégias a favor da PEC 6/24
PÁGINA 3

Auditoria Cidadã define pauta prioritária
PÁGINA 4

Confira os eventos do Projeto Sociocultural
PÁGINA 6

Um dos pontos apresentados é o prazo para o procedimento fiscal. O PLP 68/24 traz o prazo de 90 dias; já o Decreto 70.235/1972 (PAF), estabelece 60 dias. “Há uma divergência”, alertou.

Sobre o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), Miguel Nôvo considerou satisfatória a mudança sugerida no PLP 68/24. Hoje, a notificação do contribuinte, via de regra, é feita por meio postal e edital, sendo o DTE uma opção. O projeto traz o DTE como a principal forma de intimar o contribuinte, tendo as outras formas como opções. “Ano passado notifiquei duas empresas e elas ficavam na mesma rua. Uma, o aviso de recebimento chegava em uma média de 30 dias. A outra, chegava em mais de 60 dias. Isso é difícil para quem está no chão de fábrica”, argumentou. Para o presidente, é preciso ajustar os prazos da notificação em relação ao projeto de lei e à legislação em vigor. “Essa harmonização tem que existir.

A hora é essa. O projeto ainda está em discussão e pode ser corrigido por emenda”, disse.

Outro ponto que exige a adequação de prazos é o contencioso administrativo tributário e a transação tributária. No PLP 108/24, o contencioso tem prazo de 20 dias para impugnação. A norma em vigor traz o prazo de 30 dias. Já a transação, o projeto cita que o prazo não ultrapasse 180 dias; a sugestão é que o limite seja de 24 meses. “Precisamos agora fazer essa alteração para melhorar o manicômio processual”, afirmou. Além disso, sobre a transação, o presidente reforçou que o Código Tributário Nacional precisa ser atualizado na definição das atribuições, estabelecendo a atuação da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

A apresentação completa do presidente da ANFIP pode ser conferida [aqui](#).

Pensar Brasil 2024 discute impactos da reforma tributária



O vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, representou a ANFIP na [2ª edição do Pensar Brasil](#), um evento que teve como objetivo esclarecer as principais questões relacionadas à reforma tributária e contribuir para a construção de um sistema tributário mais justo e eficiente.

Realizado dia 18 de junho, o congresso debateu a regulamentação da reforma, visando construir propostas

para subsidiar a atuação de representações, parlamentares, acadêmicos e autoridades públicas ao longo do processo.

No primeiro painel, foram discutidos pontos relacionados à tributação e ao desenvolvimento regional, nacional e internacional, e, em seguida, explorados os aspectos sociais e federativos da reforma tributária do consumo (EC 132).

Uma das palestrantes foi a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire. Na ocasião, Gilberto Pereira, ao apresentar dados da renúncia fiscal de 2023, levantados pela Análise da Seguridade Social, editada pela ANFIP, questionou se “há alguma lógica no processo de beneficiar o capital e prejudicar o trabalhador, quando se fala novamente em uma nova reforma da Previdência”. A publicação, lançada em maio pela Associação, revela que, em 2023, as renúncias fiscais totalizaram R\$ 518 bilhões. Só na Previdência Social a renúncia foi de R\$ 274 bilhões, causando um déficit de R\$ 270 bilhões.

A subsecretária informou que “a desoneração é um outro elemento que o Ministério da Fazenda tem pensado no sentido de melhorar o sistema de tributação da folha”.

No evento, palestrantes também trataram da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), abordando a neutralidade como elemento central e o uso de tecnologia e inovação para simplificar as obrigações do contribuinte.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

PEC 6/24: ANFIP participa de encontro regional do Mosap em São Paulo

A vice-presidente de Serviços Assistenciais, Margarida Lopes de Araújo, e a coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, participaram do Encontro Regional do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), dia 17 de junho, na sede da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp).

O encontro faz parte de uma série de eventos programados em todos os estados, visando ampliar o apoio parlamentar para a aprovação da PEC 6/2024, de autoria da ANFIP e do Mosap, que pretende acabar gradativamente com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

As discussões foram centradas em estratégias para acumular 300 requerimentos de apensação da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, com o objetivo de evitar que esta última seja arquivada ao final da sessão legislativa de 2024, além de acelerar a tramitação da PEC 6/2024.

O encontro contou com a presença do deputado federal Cleber



Verde (MDB/MA), bem como os deputados federais Vicentinho (PT-SP) e Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP). Também estiveram presentes o deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL-SP) e o vereador Celso Gianazzi (PSOL-SP), todos unidos no esforço de dialogar e captar apoio para a proposta legislativa.

A ANFIP segue intensificando

o trabalho parlamentar nas bases, visando conseguir apoio dos deputados ao apensamento das matérias. A estratégia foi indicada, inclusive, pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), em audiência neste ano.

Reunião - A vice-presidente de Serviços Assistenciais, Margarida Lopes de Araújo, também participou de reunião no gabinete do deputado federal Cleber Verde (MDB/MA), dia 20 de junho, para tratar da pasta.

O parlamentar, que é o primeiro signatário da PEC, de autoria das entidades, deixou o gabinete à disposição para marcar audiências com as lideranças da Câmara dos Deputados.

Cleber Verde também compartilhou os detalhes da visita à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwek. A ministra se comprometeu em ajudar na tramitação da PEC por meio da assessoria parlamentar da pasta.

Além da representante da ANFIP, estiveram no gabinete Edison Haubert, presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap); Renato Cantoni, diretor-executivo do SindMPU; e, pelo Sindreceita, Ieda Miranda, secretária-geral, e Marlene Cambraia, diretora de Aposentados e Pensionistas.



Auditoria Cidadã define pauta prioritária em reunião com entidades parceiras

A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce Soares, participou, dia 20 de junho, da reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), realizada de forma híbrida, para debate de pauta fundamental para o avanço das atividades do grupo. Também participou do encontro a associada Rita Felicetti. A reunião foi conduzida pela coordenadora Maria Lucia Fattorelli.

Para contextualizar o debate, foi feita uma análise da atual conjuntura e reforçada a necessidade de cobrar o veto presidencial ao PLP 459/17, aprovado no início de junho pela Câmara dos Deputados, chamada de “securitização dos créditos públicos”. O mecanismo desvia recursos, pagos pelos contribuintes, para instituições financeiras, acarretando no aumento da dívida pública. A ACD criou uma página na internet para que a sociedade peça o veto ao projeto, confira [aqui](#).

Também foram abordadas na reunião as restrições para atendimento das reivindicações dos servidores, a greve da educação e o risco de aprofundamento da “autonomia” do Banco Central e dos privilégios garantidos ao setor privado pela PEC 65/2023.

Maria Lucia Fattorelli também apresentou o andamento da



Campanha Nacional por Direitos Sociais, com o cumprimento do cronograma de divulgações nas redes sociais. O grupo também aprovou a realização de campanha pela baixa da dívida do Rio Grande do Sul com a União porque ela está paga. Também estiveram em pauta a realização de curso baseado na cartilha “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”; eleições municipais e a campanha de arrecadação de recursos para a continuidade dos trabalhos da ACD.

Exploração dos jogos de azar é aprovada na CCJ do Senado

O PL 2.234/2022, que legaliza cassinos e “jogos de azar” no país, como jogo do bicho e bingo, foi aprovado pela Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal dia 19 de junho. A matéria, que tramita na Casa desde 2022, segue para votação no plenário.

A ANFIP monitora a tramitação da matéria e continua engajada para impedir que projetos como esse avancem, por favorecer a criminalidade, em casos de corrupção, lavagem

de dinheiro e tráfico, bem como estimular o vício em jogos (ludopatia), um quadro de dependência compulsiva que traz consequências psicológicas, sociais e financeiras tanto para o indivíduo quanto para a família.

Em 2023, a Entidade apoiou, inclusive, a criação da Frente Parlamentar por um Brasil sem Jogos de Azar, na qual foram apresentadas notas técnicas constatando que o Brasil não possui ferramentas tecnológicas que garantam a fiscalização eficiente de uma atividade que movimenta alto fluxo de dinheiro.

Semana do Dia do Servidor Público Aposentado

Nesta semana, no dia 17 de junho, foi celebrado o Dia do Servidor Público Aposentado, uma ocasião especial para reconhecer aqueles que, com grandeza, dedicação e eficiência, cumpriram sua missão e se tornaram exemplos para o presente e o futuro do funcionalismo público brasileiro.

A ANFIP aproveita a data para reafirmar seu compromisso com a defesa dos direitos e a valorização dos servidores aposentados, especialmente os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, prioridades constantes em sua atuação.

Neste sentido, a Entidade defende a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre gastos com medicamentos e outras despesas essenciais para a qualidade de vida da pessoa idosa, além da redução gradual das contribuições previdenciárias para servidores públicos aposentados a partir dos 65 anos.

A Associação segue trabalhando e apoiando aqueles que já cumpriram sua missão no funcionalismo público, principalmente os Auditores Fiscais da RFB.



Geap devolve diferença de contribuição do novo valor per capita do auxílio-saúde

A Geap Saúde enviou comunicado aos beneficiários com liminar ou acordo de custeio informando que já adotou as providências necessárias e efetuou a devolução da diferença de contribuição referente ao novo valor do per capita do auxílio-saúde, estabelecido pela Portaria MGI N° 2.829/2024, na conta bancária cadastrada do titular do plano.

Caso o beneficiário não tenha recebido o crédito em conta, é preciso atualizar os dados cadastrais pela Central de Atendimento (0800 728 8300), pelo site ou app Geap.

Outras informações pelo SAC 0800 728 8300 ou pelo WhatsApp (61) 99859-3861.

Com informações da Geap.

AÇÃO FISCAL

RFB e PF combatem sonegação e lavagem de dinheiro

A Receita Federal, em conjunto com a Polícia Federal, deflagrou, dia 18 de junho, a operação Crédito Pirata. O objetivo é obter provas relativas à estrutura de consultoria que abusa do instituto da Declaração de Compensação, além de possíveis crimes de falsidade de documentos e lavagem de dinheiro.

A abrangência das fraudes alcança compensações de 530 contribuintes de 200 cidades de 22 estados de todas as regiões do país, no montante de R\$ 1.020.710.804,39.

Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão em residências, empresas e escritórios de investigados e de pessoas ligadas à suposta organização criminosa. Os mandados ocorreram nos municípios de São

Paulo, Campos do Jordão, Osasco, Praia Grande e Sorocaba.

A organização investigada se aproximava de empresários e vendia solução para redução de carga tributária. A falsa consultoria transmitia à Receita Federal Declaração de Compensação fraudulenta em nome da empresa contratante através de uma interposta pessoa (laranja), normalmente informando que a empresa possuía créditos de PIS/Cofins que seriam suficientes para quitar os débitos. Mas os créditos informados não existiam, e depois os débitos voltavam a ser cobrados pela Receita Federal.

Quando falsas consultorias tributárias disseminam fraudes, além da perda da arrecadação aos cofres públicos, há enormes prejuízos ao

ambiente de negócios do país. Ao reduzir consideravelmente os tributos a pagar no curto e médio prazo de um contribuinte, prejudica-se o ambiente concorrencial. Além disso, há destaque indevido a maus profissionais que oferecem soluções de economia tributária lastreadas em procedimentos fraudulentos.

A Receita Federal alerta que não há qualquer hipótese de extinção de débitos utilizando para compensação crédito que não seja tributário, líquido e certo e apurado pelo próprio declarante. Caso o contribuinte receba oferta de soluções milagrosas, inclusive de compra e venda de créditos que serviriam para quitar tributos federais, a orientação da Receita Federal é para que não aceite e denuncie o fato ao órgão.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

Conselheiros prestigiam homenagem aos 57 da ANFIP-SP

A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, e os diretores da Fundação ANFIP Ariovaldo Cirelo e Marinalva Braghini participaram, dia 20 de junho, da comemoração do aniversário de 57 anos da Estadual da ANFIP em São Paulo, ANFIP-SP, completados no dia 6 de junho.

Fundada em 1967, a Associação tem uma trajetória marcada pela defesa dos direitos e interesses dos associados, dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil paulistas, do funcionalismo e da sociedade como um todo.

A ANFIP nacional parabeniza sua Estadual de SP pelo aniversário e pela notável atuação nestas mais de cinco décadas, sempre comprometida com a defesa da carreira de seus associados.



ANFIP-PE promove festa junina em grande estilo



A Estadual da ANFIP em Pernambuco (ANFIP-PE) promoveu sua tradicional festa junina no dia 14 de junho, na sede da entidade. O evento, que reuniu associados, amigos e famílias, contou com apoio da ANFIP nacional, por meio do Projeto Sociocultural.

Com decoração típica, ambiente repleto de cores vibrantes, música ao vivo, forró pé de serra e diversas comidas e bebidas, a festança alegrou os convidados com o melhor da culinária junina.

Para a ANFIP-PE, a realização do festejo é uma oportunidade não só de confraternização, mas também de manter vivas as tradições culturais, além de proporcionar momentos de alegria aos associados.

Também na ocasião foram comemorados os aniversários do primeiro semestre de 2024.

ANFIP-CE sob nova direção

A Estadual do Ceará (ANFIP-CE) realizou, em 6 de junho, a solenidade de posse de Maria Aparecida Andrade Maia, na qualidade de presidente, e de Ercília Leitão Bernardo, vice-presidente.

Foi um momento único, tendo em vista que a presidente Maria Aparecida retornou efetivamente ao trabalho associativo, com todo o seu carisma, inteligência e determinação, fortes características que marcam sua trajetória como Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Em sua fala, a presidente da ANFIP-CE ressaltou que continua em atividade como Auditora Fiscal e que, por isso, conta o apoio e colaboração de todos os associados para que possa exercer em toda sua plenitude essa nova atribuição, através do trabalho associativo pela valorização do Auditor Fiscal e pelo fortalecimento da Receita Federal do Brasil.

Fonte: ANFIP-CE



ANFIP-PB realiza Forró Junino para associados



Numa parceria com a ANFIP, por meio do Projeto Sociocultural, a ANFIP-PB Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal na Paraíba realizou, em 15 de junho, seu tradicional Forró Junino com a participação maciça dos associados.

O salão de eventos da sede da ANFIP-PB ficou pequeno, mas maior foi a alegria dos presentes, que dançaram forró e puxaram a quadrilha junina ao som de animado forró nordestino.

No evento, que teve início às 12h e se estendeu até as 18h, foi servido aos presentes uma deliciosa feijoada e churrasco com acompanhamentos do menu junino e uma farta mesa de bolos típicos da época.

Como de praxe em todos os eventos da ANFIP-PB, também foram comemorados os aniversariantes do mês.

Fonte: ANFIP-PB

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Arraiá do Clube de Vantagens tem ofertas para você economizar



É uma festança que você não vai querer perder! No clube ANFIP Tem +Vantagens os associados têm até 30% de desconto em diversas plataformas de compras online, como Magalu, Ponto Frio, Extra, Casas Bahia, Compra Certa e Multi.

Com ampla variedade de produtos, agora é possível adquirir os produtos desejados por toda a família e ainda economizar!

Não perca tempo! Acesse anfip.temvantagens.com.br e aproveite todos os benefícios e convênios!

Aproveite os descontos especiais da Faculdade Unyleya

No mês de junho, a Faculdade Unyleya, parceira da ANFIP, preparou diversas condições imperdíveis para você, associado, começar uma graduação ou pós-graduação EAD (educação a distância).

Para os cursos de graduação, a Unyleya oferece até 50% de desconto. Para aqueles que desejam se especializar,

a faculdade disponibiliza até 70% de desconto em cursos de pós-graduação nas áreas de Direito, Educação, Enfermagem, Engenharia, Gestão, Medicina, Psicologia, Tecnologia da Informação, entre outras.

Clique [aqui](#) e garanta sua vaga. As bolsas são válidas apenas para novas matrículas realizadas até o dia 30 de junho.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300

